

JUCESP PROTOCOLO
0.857.692/24-0



JUCESP

GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.015/0001-64

NIRE nº 353.0056.115-1

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A. ("Companhia"),
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024.**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 15 dias do mês de abril de 2024, às 17 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Santana de Parnaíba, São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº. 4384, conjunto 1010, 10º. Andar, Shopping Service, Alphaville, CEP 06541-038.
2. **PRESENÇA:** A totalidade dos acionistas da Companhia, abaixo subscritos, conforme se verifica da assinatura no Livro de Registro de Presença de Acionistas.
3. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada convocação prévia nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76.
4. **MESA:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Karina Boner Léo Silva.
5. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos dos presentes, foi tomada a seguinte deliberação:
 - (i) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº. 6.404/76;
 - (ii) Tomar conhecimento e anuir com a renúncia da Sra. **Tatiane Araújo Pereira**, abaixo subscrita, ao cargo de Diretor da Companhia, conforme carta por ela encaminhada, que passa a fazer parte integrante da presente ata sob a forma de Anexo I. A Diretora ora renunciante e a Companhia outorgam-se, mútua e reciprocamente, a mais ampla, plena, geral, rasa e irrevogável e irretroatável quitação aos valores a ele eventualmente devidos, para nada mais reclamarem um do outro seja a que título for, no presente ou no futuro.
 - (iii) Reeleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, brasileira, casada com separação de bens, nutricionista, portadora da carteira de identidade nº 2.330.861 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.064.231-03, residente e domiciliada SQN 115, Bloco A, Apartamento 601, Asa Norte, CEP 70772-010, Brasília – DF, com mandato de 02 (dois) anos, sendo o respectivo termo de posse, Anexo II, lavrado no livro próprio na presente data. A referida Diretora, presente a esta Reunião, declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercerem a administração da companhia e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZERED, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONER LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

Documento assinado no SFA Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.

- (iv) Os acionistas deliberaram ainda sobre a alteração dos artigos que compõem o Capítulo IV do Estatuto Social que passam a vigorar da seguinte forma:

“Artigo 11. A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social, Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º. Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão.

§ 2º. O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor.

§ 3º. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem atribuídas em reunião em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo.

Artigo 12. O Diretor sempre que necessário.

§ 1º. Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo.

§ 2º. Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio.

Artigo 13. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Artigo 14. Compete ao Diretor da Companhia:

- (iii) representar a Companhia, ativa e passivamente;
- (iiii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia;
- (iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias;
- (ivii) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia;
- (vii) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis;
- (viii) elaborar o relatório anual da administração;
- (viii) abrir e encerrar filiais da Companhia.

DUCEAP

Artigo 15. A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1(um) procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social:

- a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados;
- b) A constituição de procuradores "*ad judicia*" para o preparo ou a propositura de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e
- c) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las.

§ 2º. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social:

- a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia;
- b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social;
- c) O aumento do capital social;
- d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia;
- e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; e
- f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 (doze) meses.

§ 3º. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelo Diretor, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações (i) com poderes *ad judicia*, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado.

- 6. Aprovadas por unanimidade as deliberações acima. O Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme redação constante no Anexo IV à presente ata.

JUCESP
14 06 24

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Santana de Parnaíba – SP, 15 de abril de 2024.

Mesa:

Assinado digitalmente por:
BRUNA BONER LEO SILVA
CPF: 003.064.121-79
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5
Data: 16/04/2024 16:13:06 -03:00

Bruna Boner Léo Silva

Presidente

Assinado digitalmente por:
KARINA BONER LEO SILVA
CPF: 003.064.231-03
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 17/04/2024 12:04:18 -03:00

Karina Boner Léo Silva

Secretária

Acionistas Presentes:

Assinado digitalmente por:
FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES
CPF: 305.308.521-53
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Em nome de FR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
CNPJ: 21.588.172/0001-06
Data: 16/04/2024 17:19:12 -03:00

sfa

FR Empreendimentos e Participações EIRELI

Fernando Antônio Fontes Rodrigues

Assinado digitalmente por:
BRUNA BONER LEO SILVA
CPF: 003.064.121-79
Certificado emitido por AC SOLUTI Multipla v5
Data: 16/04/2024 16:13:06 -03:00

sfa

Gallaxia S/A

Bruna Boner Léo Silva / Tatiane Araújo Pereira

Paulo César Lopes Zeredo

Assinado digitalmente por:
TATIANE ARAUJO PEREIRA
CPF: 007.291.271-50
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 16/04/2024 17:39:58 -03:00

sfa

Midori Participações Societárias e Holding Ltda.

Paulo César Lopes Zeredo

Assinado digitalmente por:
PAULO CESAR LOPES ZEREDO
CPF: 007.871.838-49
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 16/04/2024 17:39:58 -03:00

sfa



Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZEREDO, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONER LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

Documento assinado no SFA Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.

GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº: 12.130.013/0001-64
NIRE nº: 353.0056305-1

ANEXO I

À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024.

Santana de Parnaíba – SP, 10 de março de 2024.

Global Web Outsourcing do Brasil S.A.

Avenida Yojiro Takaoka, Nº. 4384

Conjunto 1010, 10º Andar, Shopping Service, Alphaville

CEP 06541-038

Santana de Parnaíba – SP

At.: Sra. Bruna Boner Léo Silva

Ref.: Renúncia ao cargo de diretor da companhia

Prezados Senhores,

Venho por meio desta manifestar minha expressa e irrevogável renúncia, a partir desta data, ao cargo de Diretor da Companhia, para o qual fui reeleita, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, na na Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de outubro de 2023, que se encontra arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº. 421.581/23-2, por despacho de 27/10/2023.

Neste ato, outorgo ainda à referida Companhia a mais ampla, plena, geral, rasa e irrevogável quitação em relação a valores a devidos a mim em razão do exercício do referido cargo, para nada mais reclamar seja a que título for, no presente ou no futuro.

Diante do exposto, solicito, por fim, que sejam tomadas pela Companhia as devidas providências a fim de se dar publicidade ao presente ato de renúncia para todos os efeitos legais.

Sendo o que me cabia para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente por:
TATIANE ARAUJO PEREIRA
CPF: 007.291.271-50
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 16/04/2024 17:39:43 -03:00

Tatiane Araújo Pereira



Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZEREDO, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONER LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

Documento assinado no SFA Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.

DUCESP
14 06 24


Anexo II

TERMO DE POSSE

Nesta data, compareceu à sede social da **Global Web Outsourcing do Brasil S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.130.013/0001-64, com sede na Cidade de Santana de Parnaíba e Estado de São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Conjunto 1010, 10º Andar, Shopping Service, Alphaville, CEP 06541-038 ("Companhia"), a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, brasileira, casada com separação de bens, nutricionista, portadora da carteira de identidade nº 2.330.861 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.064.231-03, residente e domiciliada SQN 115, Bloco A, Apartamento 601, Asa Norte, CEP 70772-010, Brasília – DF; eleita para o cargo de Diretoria da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, para as quais foram eleitas na presente data. A diretora ora eleita indica o endereço mencionado acima, em sua respectiva qualificação, para os fins de recebimento de citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da sua gestão.

A diretora ora eleita declara, sob as penas da lei, (i) não está impedida por lei especial, ou condenada por quaisquer dos crimes previstos no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, bem como a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (ii) atenderem ao requisito de reputação ilibada, nos termos do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocuparem cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e assim, por força da assinatura do presente Termo de Posse, fica investida em seu cargo, tomando posse e assumindo todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia.

Santana de Parnaíba – SP, 15 de abril de 2024.

Assinado digitalmente por:
KARINA BONER LEO SILVA
CPF: 003.064.231-03
Certificado emitido por AC SyngularID Multipla
Data: 17/04/2024 12:04:32 -03:00
Karina Boner Léo Silva 

Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZEREDO, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONER LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

Documento assinado no SFA Sioner. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://sioner.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.

DUCESP
ESTATUTO SOCIAL DA
GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A.
CNPJ/ME nº 12.130.013/0001-64
NIRE nº 35.2.2903268-0

CAPÍTULO I
NOME, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. A GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2. A Companhia tem sede e foro com sede na Cidade de Santana de Parnaíba e Estado de São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, conjunto 1010, 10º andar, Shopping Service, Alphaville, CEP 06541-038.

§1º. A Companhia possui as seguintes filiais:

FILIAL 01 – Na Avenida Presidente Vargas, nº 309, 12º andar, Centro, CEP 20040-010, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, NIRE nº 33.9.0123304-5 e CNPJ/ME nº 12.130.013/0002-45.

FILIAL 02 – No Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 05, Bloco A, nº 50, Sala 716, Edifício Brasília Shopping and Tower, Asa Norte, CEP 70715-900, Cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE nº 53.9.0038221-3 e CNPJ/ME nº 12.130.013/0003-26.

FILIAL 03 – Na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 7º andar, sala 702, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, Cidade e Estado de São Paulo, NIRE nº 35.9.0593836-3 e CNPJ/ME nº 12.130.013/0004-07.

FILIAL 04 – No Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 05, Bloco A, nº 50, Sala 701, Parte "B", Edifício Brasília Shopping and Tower, Asa Norte, CEP 70715-900, Cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE nº 53.9.0038221-3 e CNPJ/ME nº 12.130.013/0005-98.

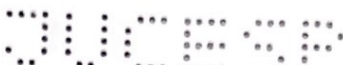
FILIAL 05 – Na Avenida Desembargador Moreira, nº 1300, Sala 1002, Torre Sul, Aldeota, CEP 60170-002, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, NIRE nº 23.9.2003443-7 e CNPJ/ME nº 12.130.013/0006-79.

§2º. A Diretoria da Companhia, mediante deliberação, poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social: a prestação serviços de terceirização de tecnologia da informação; prestação de serviços de informática e processamento de dados; consultoria e assessoria técnica em informática e telecomunicações; prestação de serviços de armazenamento de dados e back-up; a comercialização de produtos de informática, programas licenças de computador (software) e afins; a montagem e integração de equipamentos de informática; a locação de bens móveis; a importação, exportação e representação comercial de produtos e equipamentos de informática, programas licenças de computador (software) e afins; a prestação de serviços técnicos especializados em informática; a elaboração e implantação de

Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZERED, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONEER LEO SILVA, KARINA BONEER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

Documento assinado no SFA Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.



projetos em tecnologia; a prestação de serviços de consultoria em informática e treinamento; a prestação de serviços de integração de soluções e sistemas, configuração e ajustes (tuning) para plataformas de software e sistemas; o desenvolvimento de sistemas e serviços de comunicação multimídia- scm; a locação de serviços e mão-de-obra temporário; a participação em consórcios ou outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo, ainda, representar sociedades nacionais ou estrangeiras; e o desempenho de quaisquer outras atividades, direta ou indiretamente, relacionadas ou complementares às acima descritas.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$29.510.822,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e dez mil e oitocentos e vinte e dois reais) dividido em 29.510.822 (vinte e nove milhões, quinhentas e dez mil e oitocentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

§ 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira aprovada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o art. 35, § 3º, da Lei n.º 6.404/76.

§ 2º. Cada ação ordinária representativa do capital social conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6. A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito nas condições previstas no boletim ou na chamada fará com que o subscritor fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos Arts. 106 e 107 da Lei n.º 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou índice que venha a substituí-lo na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

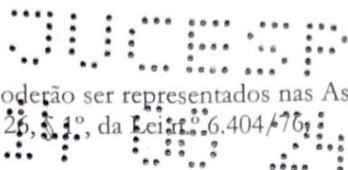
Artigo 7. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132 da Lei n.º 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

§ 1º. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

§ 2º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer diretor ou, ainda, nas hipóteses previstas neste Estatuto Social e no parágrafo único do Art. 123 da Lei n.º 6.404/1976.

§ 3º. A Assembleia Geral será presidida por acionista eleito dentre os presentes. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la.





§ 4º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário nomeado na forma do Art. 126, § 1º, da Lei n.º 6.404/1976;

Artigo 8. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Art. 132, da Lei n.º 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Artigo 9. As seguintes matérias também deverão ser deliberadas pelos acionistas em sede de Assembleia Geral:

- i) Qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;
- ii) Designação e destituição de administradores;
- iii) Alteração do capital social da Companhia;
- iv) Alteração da política de dividendos da Companhia;
- v) Aprovação do plano de negócios, orçamento anual da Companhia e eventuais alterações;
- vi) Alianças estratégicas, *joint-ventures*, parcerias, participação em consórcios, associações, fusões, cisões, transformações, incorporações, aquisições e investimentos envolvendo a Companhia, de forma direta ou indireta, ou qualquer forma de reorganização societária;
- vii) Qualquer alienação, e toda e qualquer operação destinada à alienação, sob qualquer forma, de ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- viii) Qualquer alienação, e toda e qualquer operação destinada à alienação, sob qualquer forma, de qualquer participação societária de titularidade da Companhia, independentemente do valor envolvido;
- ix) Qualquer operação ou contrato entre a Companhia, de um lado, e (a) qualquer dos acionistas, seu cônjuge ou parentes até quarto grau, e/ou (b) sociedade sob o controle de qualquer das pessoas referidas na letra (a) acima, de outro lado;
- x) Confissão de falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- xi) Dissolução, liquidação, cessação do estado de liquidação e extinção da Companhia;
- xii) Concessão de avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, ou de qualquer sócio, administrador ou empregado da Companhia, em qualquer valor; e
- xiii) Renúncia a qualquer direito ou qualquer ato de liberalidade.

DUCEAP

Artigo 10. Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se ~~quorum~~ maior for exigido nos termos da lei, no Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado, na sede da Companhia.

Parágrafo Único. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, nos termos do Art. 130 da Lei n.º 6.404/76.

CAPÍTULO IV DIRETORIA

Artigo 11. A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social, Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 1º. Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão.

§ 2º. O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor.

§ 3º. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem atribuídas em reunião em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo.

Artigo 12. O Diretor sempre que necessário.

§ 1º. Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo.

§ 2º. Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio.

Artigo 13. Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Artigo 14. Compete ao Diretor da Companhia:

- i. representar a Companhia, ativa e passivamente;
- ii. zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia;
- iii. zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias;
- iv. administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia;
- v. emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis;
- vi. elaborar o relatório anual da administração;



- vii. abrir e encerrar filiais da Companhia.

Artigo 15. A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1(um) procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social:

- a. A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados;
- b. A constituição de procuradores “*ad judícia*” para o preparo ou a propositura de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e
- c. A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las.

§ 2º. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social:

- a. A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia;
- b. A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social;
- c. O aumento do capital social;
- d. A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia;
- e. A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; e
- f. A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 (doze) meses.

§ 3º. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelo Diretor, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações (i) com poderes *ad judícia*, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 16. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

DUCESP

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, quando instituído, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Artigo 17. O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia.

Artigo 18. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta de lucros apurados ou reservas de lucros existentes nesses balanços.

§ 1º. Por deliberação da Diretoria poderão também ser declarados e distribuídos dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Art. 182, § 1º, da Lei n.º 6.404/76.

§ 2º. A Diretoria poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Art. 9º da Lei n.º 9.249/95, alterada pela Lei n.º 9.430/96.

§ 3º. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 19. Do lucro líquido de cada exercício social, destinar-se-á:

- i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no Art. 193, § 1º, da Lei n.º 6.404/76;
- ii) A quantia necessária para enfrentar contingências, conforme seja necessário de tempos em tempos, para a reserva de contingências; e
- iii) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução que trata as letras "a" e "b" deste Artigo e ajustado na forma do Art. 202 da Lei n.º 6.404/76, parcela não inferior a 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Único. O saldo remanescente dos lucros, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

CAPÍTULO VIII DIREITO DE PREFERÊNCIA

Artigo 20. Caso qualquer acionista deseje alienar, gravar, onerar, transferir, ou realizar qualquer outra operação que resulte na transferência de titularidade ("Alienação"), de parte ou totalidade, das ações de emissão da Companhia a um terceiro, o acionista ofertante ("Acionista Ofertante") deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre a Alienação pretendida, informando: (i) número, espécie e

Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZEREDO, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA BONER LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>



Documento assinado no SFA Signer. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.

classe das Ações Ofertadas e percentual que representa em relação ao total do capital social da Companhia; (ii) termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento ("Proposta"); (iii) qualificação completa do terceiro proponente, sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando os acionistas ou sócios que sejam titulares do controle do terceiro interessado; (iv) cópia da proposta feita pelo terceiro interessado.

§1º. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Notificação de Alienação prevista no Artigo 20 acima, os demais acionistas deverão enviar notificação ao Acionista Ofertante, indicando se desejam ou não exercer o direito de preferência sobre a totalidade das ações do Acionista Ofertante ("Direito de Preferência"), nos mesmos termos e condições previstos na Proposta ("Notificação Direito de Preferência"). Para fins de esclarecimento, a intempestividade no envio da Notificação Direito de Preferência será entendida como renúncia ao Direito de Preferência.

§2º. Na hipótese de mais de um acionista enviar tempestivamente a Notificação Direito de Preferência exercendo o Direito de Preferência, as ações de titularidade do Acionista Ofertante deverão ser alocadas entre os referidos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia.

§3º. Caso nenhum dos acionistas exerça o Direito de Preferência, o Acionista Ofertante poderá realizar a Alienação de suas ações ao terceiro proponente, desde que a referida Alienação seja efetivada em até 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação Direito de Preferência. Na hipótese de a Alienação não ser efetivada no prazo previsto neste §3º, o procedimento de Direito de Preferência previsto neste Artigo 20 deverá ser reiniciado.

CAPÍTULO IX

DIREITO DE OBRIGAR A VENDA CONJUNTA – DRAG ALONG

Artigo 21. Caso o acionista controlador da Companhia deseje realizar uma Alienação da totalidade das ações que compõe o bloco de controle a terceiro, o acionista controlador da Companhia poderá exigir que os demais acionistas da Companhia realizem a Alienação, em conjunto com o acionista controlador, da totalidade das ações de emissão da Companhia que forem titulares, nos mesmos termos e condições de pagamento oferecidos pelo terceiro proponente ("Drag Along").

§1º. Para fins de esclarecimento, "acionista controlador" significa o acionista, pessoa natural ou pessoa jurídica, ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de voto que seja titular do conjunto de ações ordinárias de emissão da Companhia que representem 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia mais uma ação ordinária de emissão da Companhia.

§2º. Para o exercício do Drag Along, o acionista controlador deverá notificar por escrito os demais acionistas ("Notificação de Alienação"), com cópia para a Diretoria da Companhia, sobre o exercício do direito de Drag Along pretendido, bem como os termos, preço e demais condições da oferta, inclusive de pagamento da proposta feita pelo terceiro. Para fins de esclarecimento, o direito de Drag Along prevalecerá frente ao direito de preferência previsto no Artigo 20.



§3º. A efetivação do Drag Along deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias do exercício do Drag Along, mediante o pagamento nos termos da proposta feita ao acionista controlador, bem como a averbação dos registros nos livros societários da Companhia.

CAPÍTULO X LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 22. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

§ 1º. O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

§ 2º. A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

Esse documento foi assinado por PAULO CESAR LOPES ZEREDO, FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES, TATIANE ARAUJO PEREIRA, KARINA LEO SILVA, KARINA BONER LEO SILVA, BRUNA BONER LEO SILVA e BRUNA BONER LEO SILVA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>



Documento assinado no SFA Sioner. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>.



DUCE SP

MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 6RG6K-4BD8W-CM6KT-G2897

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ PAULO CESAR LOPES ZEREDO (CPF 040.971.838-69) em 16/04/2024 16:57 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ FERNANDO ANTONIO FONTES RODRIGUES (CPF 305.306.521-53) - FR
EMPREENHIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 21.588.172/0001-06)
em 16/04/2024 17:19 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ TATIANE ARAUJO PEREIRA (CPF 007.291.271-50) em 16/04/2024 17:39 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ TATIANE ARAUJO PEREIRA (CPF 007.291.271-50) em 16/04/2024 17:39 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ KARINA BONER LEO SILVA (CPF 003.064.231-03) em 17/04/2024 12:04 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ KARINA BONER LEO SILVA (CPF 003.064.231-03) em 17/04/2024 12:04 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ BRUNA BONER LEO SILVA (CPF 003.064.121-79) em 18/04/2024 16:13 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ BRUNA BONER LEO SILVA (CPF 003.064.121-79) em 18/04/2024 16:14 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

DUCEP

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate/BRG6K-4BD8W-CM6KT-G2897>

14 05 24

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://signer.assinadorsfa.com.br/validate>

Negócios

Adiante Recebíveis S.A.

CNPJ nº 33.013.052/0001-51 – NIRE 35300533186

Ata da Reunião do Conselho de Administração em realizada em 25/11/2019

Data/Hora/Local: 25/11/2019, 11hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente:** Gustavo de Carvalho Blasco; **Secretário:** Daniel Marucci Soares. **Deliberações aprovadas:** A Primeira Emissão das Debêntures, com as seguintes características e condições: **(i) Número da emissão:** A primeira emissão constituirá a 1ª emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Data de Emissão:** Para todos os fins e feitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura; **(iii) Forma:** nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados; **(iv) Conversibilidade:** simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(v) Espécie:** As Debêntures da Primeira Emissão serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **(vi) Número de Séries:** A Primeira Emissão será realizada em duas séries, sendo (i) as Debêntures emitidas no âmbito da Primeira Série denominadas “Debêntures Seniores”, e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da Segunda Série denominadas “Debêntures Subordinadas”; **(vii) Garantia Real:** em garantia do fiel, correto, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações, principais e acessórias, da Emissora assumidas na Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e da Multa Não Compensatória, se for o caso, devidos pela Emissora nos termos da Escritura; e (iii) todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, a Companhia cede fiduciariamente em garantia, em favor dos Debenturistas: (i) a totalidade das duplicatas originadas na plataforma eletrônica da Companhia, denominada Adiante Recebíveis, acessível pelo endereço eletrônico https://adiantesa.com, que forem adquiridas com os recursos das Debêntures ou com o saldo da Conta Vinculada (“Direitos Creditórios Vinculados”), de titularidade da Companhia, os quais se encontram listados no Contrato de Cessão Fiduciária e os quais deverão ser pagos em conta vinculada à operação, mediante decisão dos Debenturistas (“Conta Vinculada”); (ii) a totalidade dos direitos creditórios decorrentes da integralização das Debêntures; e (iii) a Conta Vinculada e os direitos de crédito, atuais ou futuros, decorrentes da Conta Vinculada. **(viii) Valor Total da Primeira Emissão:** O valor total da Primeira Emissão será de R\$20.000.000,00, na Data de Emissão **(ix) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 2.000 Debêntures da Primeira Emissão, sendo 1.001 Debêntures Seniores, e 999 Debêntures Subordinadas; **(x) Valor Nominal Unitário das Debêntures:** R\$10.000,00, na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); **(xi) Forma de subscrição e integralização:** As Debêntures serão subscritas, mediante assinatura do boletim de subscrição, nos termos previsto na Escritura, após inscrição e registro da Escritura na JUCESP e o registro da Garantia, e serão integralizadas na data de subscrição pelo Preço de Integralização, sendo o pagamento do Preço de Integralização realizado na forma abaixo, respeitado sempre o mínimo 49% do saldo devedor das Debêntures representado por Debêntures Subordinadas (“Razão de Garantia”). As Debêntures poderão ser subscritas em várias tranches, e uma ou mais oportunidades, respeitada sempre a Razão de Garantia, até o fim do Prazo de Alocação. As Debêntures Seniores e as Debêntures Subordinadas da Primeira Emissão serão subscritas e integralizadas no mesmo dia e de maneira concomitante de maneira a cumprir com a Razão de Garantia, podendo ocorrer a subscrição e integralização em uma ou mais datas, em tranches separadas, desde que respeitada a Razão de Garantia, ressalvado que as Debentures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas antes das Debentures Seniores, podendo os Debenturistas Seniores exigir a comprovação da subscrição e integralização das Debentures Subordinadas para verificar o enquadramento da Razão de Garantia, antes de proceder com a integralização das Debentures Seniores (“Data de Integralização”). As Debêntures ser o integralizadas, na respectiva Data de Integralização pelo Valor Nominal Unitário, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Vinculada, sem a interferência de instituição financeira integrante do sistema de distribuição e fora do âmbito da B3 (“Preço de Integralização”), sendo certo que as debêntures não subscritas deverão ser canceladas; **(xii) Atualização monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xiii) Destinação dos Recursos:** Até a data de 10/04/2020 (“Prazo de Alocação”), os recursos líquidos provenientes da captação por meio da Primeira Emissão serão destinados pela Emissora para aquisição de Direitos Creditórios que atendam cumulativamente os Critérios de Elegibilidade, a Política de Crédito, as Condições de Cessão e a Política de Validação, observado os demais termos e condições previstas na Escritura; **(xiv) Prazo e data de vencimento:** Respeitadas (i) a Ordem de Alocação, (ii) os Eventos de Vencimento Antecipado, e (iii) a Amortização Extraordinária Obrigatória, o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão ocorrerá em 14/08/2020 (“Data Final de Vencimento”); **(xv) Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a entre (a) 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo Diário, disponível: em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI - Over”); e (b) 100% da variação da Taxa DI Over acrescidos de um spread equivalente a 20% ao ano, base 252 dias úteis, conforme definido na Escritura de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até a Data Final de Vencimento, ou, se for o caso, até a data de vencimento ou pagamento antecipado ou Data de Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme previsto nesta Escritura (“Juros Remuneratórios”). Os Juros Remuneratórios serão pagos conforme fórmula prevista na Escritura. **(xvi) Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Após decorrido o Prazo de Alocação, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos, exclusivamente com os recursos da Conta Vinculada, em cada Data de Amortização Extraordinária Obrigatória ou na Data de Vencimento Final, respeitada a Ordem de Alocação. Nos termos da Escritura e da legislação aplicável vigente, os pagamentos devidos pela Emissora referentes a amortização dos Juros Remuneratórios das Debêntures, no âmbito da Primeira Emissão, estão condicionados ao efetivo pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados na Conta Vmculada, os quais são cedidos em garantia aos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **(xvii) Amortização Extraordinária Facultativa:** As Debêntures não poderão ser extraordinariamente amortizadas de forma antecipada pela Emissora, exceto nos casos de Amortização Extraordinária Obrigatória; **(xviii) Amortização Extraordinária Obrigatória:** Caso existam recursos disponíveis na Conta Vinculada em cada data de pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme descrito no quadro abaixo (“Data de Amortização Extraordinária Obrigatória”), a Emissora deverá proceder em tal data com a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures (“Amortização Extraordinária” “Obrigatória”) respeitadas sempre a Ordem de Alocação . **Amortização:** 1ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 10/04/2020. **Amortização:** 2ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 24/04/2020. **Amortização:** 3ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 08/05/2020. **Amortização:** 4ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 22/05/2020. **Amortização:** 5ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 05/06/2020. **Amortização:** 6ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 19/06/2020. **Amortização:** 7ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 03/07/2020. **Amortização:** 8ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 17/07/2020. **Amortização:** 9ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 31/07/2020. 10ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 14/08/2020. Por ocasião de cada Amortização Extraordinária Obrigatória, a Emissora deverá proceder com o pagamento do Valor Nominal Unitário, dos Juros Remuneratórios, das Despesas e de eventuais Encargos Moratórios e Multa Não Compensatória, na seguinte ordem, com os recursos disponíveis na conta vinculada, observada a ordem de alocação prevista na Escritura (“Ordem de Alocação”) **(xix) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo imputabilidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Primeira Emissão, os débitos devidos, vencidos e não pagos, além de Juros Remuneratórios, serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis e capitalizados diariamente de forma exponencial, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de despesas razoavelmente incorridas para a cobrança (em conjunto, “Encargos Moratórios”). O descumprimento de determinadas obrigações por parte da Emissora, conforme previsto de maneira expressa na Escritura, ensejará a cobrança de Multa Não Compensatória equivalente a valor a ser determinado na Escritura, a ser paga pela Emissora aos Debenturistas Seniores em até 5 Dias. Úteis contados do recebimento de uma notificação pela Emissora enviada pelos Debenturistas Seniores exigindo o pagamento de Multa Não Compensatória (“Multa Não Compensatória”); **(xx) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura; **(xxi) Colocação:** As Debêntures da Primeira Emissão serão emitidas para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores realizado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; **(xxii) Vencimento antecipado:** Exceto conforme deliberado ou autorizado pela maioria simples dos Debenturistas Seniores, seja em sede de assembleia ou mediante documento escrito assinado pela maioria simples dos Debenturistas Seniores, os Debenturistas Seniores poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures da Primeira Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e de Multa Não Compensatória, se houver, calculados pro rata temporis a partir da Data de Integralização, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, independentemente do recebimento de aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial ou de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na ocorrência das hipóteses previstas em Lei e ainda na ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Escritura (“Eventos de Vencimento Antecipado”); **(xxiii) Demais características:** as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura. 2. Autorizar a constituição da outorga da Garantia em favor dos Debenturistas, a ser estabelecida mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária. Nada mais. São Paulo, 25/11/2019. JUCESP nº 643.555/19.5 em 17/12/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Urbsan Logística Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 35.351.726/0001-53 - NIRE 35.300.543.971

Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2024

Data/Hora/Local: Em 19/02/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e presença.** Dispensada. Acionistas representando 100% do capital votante. **Mesa: Presidente - Sr. Ubiratan Sebastião de Carvalho; Secretária - Sra. Rosimar Cipriano Carvalho. Deliberações aprovadas.** O relatório da administração e o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, relativos ao exercício findo em 31/12/2023, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Assim sendo fica consignado, em cumprimento ao disposto pelo artigo 132, inciso II da Lei nº 6.404/76, que em razão do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022, fica prejudicada a deliberação a respeito da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendo. Nada mais. São Paulo, 19/02/2024. JUCESP nº 225.969/24-5 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ/ME: nº 43.015.637 /0001-64 - NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02/09/2022

Local/Data/Hora: Na Sede da Sociedade em 02/09/2022 às 10h30. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença dos acionistas representando a totalidade de ações. **Mesa:** Presidente, Sr. Gustavo de Carvalho Blasco, Secretário, Sr. Gustavo Moreira Carvalho. **Deliberações aprovadas:** i) A 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., na quantidade de 50.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$50.000.000,00; e ii) Os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e iii) Em favor da diretoria da Brauna FMI I Securitizadora S.A., de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. Nada mais. JUCESP nº 484.682/22-2 em 26/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ nº 43.015.637/0001-64 - NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22 dias de junho de 2023

Local/Data/Hora: Na Sede da Sociedade em 22/06/2023 às 10hs. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade de ações. **Mesa:** Presidente, Sr. João D’ottaviano Pucci Lima, Secretário, Sra. Isabella Vendramini Fregolente. **Deliberações aprovadas:** i) A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações subordinada para colocação privada da Brauna FMI I Securitizadora S.A., na quantidade de 20.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$20.000.000,00; ii) Os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e iii) Em favor da diretoria da Brauna FMI I Securitizadora S.A. de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais adiantamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. Nada mais. São Paulo, 22/06/2023. JUCESP nº 260.236/23-8 em 29/06/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NTN Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.653/0001-29 – NIRE 35.300.491.131

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023

Data, Hora e Local: 29/12/2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, à Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.055, conjunto 132, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. **Convocação e Presenças:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista o comparecimento dos representantes da totalidade do capital social. 3. **Mesa:** Jorge Justus Nitzan – Presidente; e José Antonio Miguel Neto – Secretário. 4. **Ordem do Dia:** (i) o aditamento da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 29/03/2018 (“1ª Emissão”); (ii) o aditamento da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 29/05/2018 (“2ª Emissão”); e (iii) o aditamento da 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 04/06/2018 (“3ª Emissão”). **Deliberações:** considerando a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Cygnus Participações S.A., CNPJ/MF nº 24.847.880/0001-02, primeira Debenturista, a qual deliberou pelo encerramento de suas atividades, bem como o encerramento das atividades de sua acionista Cygnus LLC, CNPJ/MF nº 27.832.585/0001-62, com a versão de seus ativos para a sociedade Omachen Participações Ltda., CNPJ/MF nº 04.491.268/0001-24 e NIRE 35216931672 (“Omachen”), o Acionista aprova, sem quaisquer ressalvas: (i) O aditamento da 1ª Emissão, no valor principal total de R\$60.000.000,00 para que conste como nova Debenturista a sociedade Omachen; (ii) O aditamento da 2ª Emissão, no valor principal total de R\$ 53.000.000,00, para que conste como nova Debenturista a sociedade Omachen; e (iii) O aditamento da 3ª Emissão, no valor principal total de R\$ 1.500.000,00, para que conste como nova Debenturista a sociedade Omachen. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. **Mesa:** Jorge Justus Nitzan – Presidente; Jose Antonio Miguel Neto – Secretário. **Acionista Presente:** Jorge Justus Nitzan. JUCESP – Registrado sob o nº 217.091/24-6 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Global Web Outsourcing do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.013/0001-64 - NIRE 353.0056305-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2024

Data/Hora/Local: Em 15/04/2024, 17hs, na sede da Companhia. **Presença:** A totalidade dos acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Karina Boner Léo Silva. **Deliberações aprovadas:** (i) Autorizar a lavratura da ata em forma de sumária; (ii) Tomar conhecimento e anuir com a renúncia da Sra. Tatiane Araújo Pereira, abaixo subscrita, ao cargo de Diretor da Companhia. (iii) Reeleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia a Sra. Karina Boner Léo Silva, brasileira, nutricionista, residente e domiciliada em Brasília/DF, tendo um mandato de 02 anos, sendo o respectivo termo de posse. A Diretora ora eleita declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. (iv) Os acionistas deliberaram ainda sobre a alteração dos artigos que compõem o Capítulo IV do Estatuto Social que passam a vigorar da seguinte forma: **“Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social, Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ele destituído a qualquer tempo, com mandato de 02 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão. **§ 2º.** O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor. **§ 3º.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhe forem atribuídas em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo. **Artigo 12.** O Diretor sempre que necessário. **§ 1º.** Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo. **§ 2º.** Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio. **Artigo 13.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 14.** Compete ao Diretor da Companhia: (i) representar a Companhia, ativa e passivamente; (ii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia; (iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias; (iv) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia; (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis; (vi) elaborar o relatório anual da administração; (vii) abrir e encerrar filiais da Companhia. **Artigo 15.** A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1 procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo. **§ 1º.** Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% do capital social: a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; b) A constituição de procuradores “ad judicium” para o preparo ou a proposição de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e c) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las. **§ 2º.** Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento do capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; e f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 meses. **§ 3º.** A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelo Diretor, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 ano, com exceção das procurações (i) com poderes ad judicium, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. 6. Aprovadas por unanimidade as deliberações acima. O Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme redação constante no Anexo IV à presente ata. Nada mais. Santana de Parnaíba – SP, 15/04/2024. JUCESP nº 222.598/24-4 em 14/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/05/2024

Aos 03/05/2024, às 10h, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** (I) O aumento do capital social, atualmente totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 2.105.263,00, por meio da emissão de 21.052.630 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 21.000.000 são ações ordinárias; e (b) 52.630 são ações preferenciais Classe A. (II) O capital social passa de R\$ 238.295.642,44 para R\$ 240.400.905,44, dividido em 2.424.009.054 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.417.949.031 são ações ordinárias; e (b) 6.060.023 são ações preferenciais Classe A. As novas ações são totalmente subscritas e integralizadas, pelos atuais acionistas da Companhia. Nada mais. JUCESP nº 206.001/24-1 em sessão de 17/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,3994 / R\$ 5,4 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,3893 / R\$ 5,3913 *

Turismo - R\$ 5,4154 /

R\$ 5,5954

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,90%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,06%

Pontos: 122.636

Volume financeiro:

R\$ 18,148 bilhões

Maiores altas: Maga-

zine Luiza ON (12,28%),

HapVida ON (5,99%),

MRV ON (5,43%)

Maiores baixas: Embraer

ON (-1,03%), CCR SA

ON (-0,67%), Raizen PN

(-0,35%)

S&P 500 (Nova York):

-0,31%

Dow Jones (Nova York):

0,67%

Nasdaq (Nova York):

-1,09%

CAC 40 (Paris): 1,03%

Dax 30 (Frankfurt): 0,89%

Financial 100 (Londres):

0,53%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,54%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,0%

Shanghai Composite

(Xangai): -1,17%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,54%

Merval (Buenos Aires):

-1,36%

IPC (México): -0,52%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

Novembro 2023: 0,28%

Dezembro 2023: 0,56%

Janeiro 2024: 0,42%

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

Global Web Outsourcing do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.013/0001-64 - NIRE 353.0056305-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2024

Aos 15 dias do mês de abril de 2024, às 17 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Santana de Parnaíba, São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº. 4384, conjunto 1010, 10º. Andar, Shopping Service, Alphaville, CEP 06541-038. **2. Presença:** A totalidade dos acionistas da Companhia, abaixo subscritos, conforme se verifica da assinatura no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada convocação prévia nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76. **4. Mesa:** Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Karina Boner Léo Silva. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos presentes, foi tomada a seguinte deliberação: **(i)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; **(ii)** Tomar conhecimento e anuir com a renúncia da Sra. **Tatiane Araújo Pereira**, abaixo subscrita, ao cargo de Diretora da Companhia, conforme carta por ela encaminhada, que passa a fazer parte integrante da presente ata sob a forma de **Anexo I**. A Diretora ora renunciante e a Companhia outorgam-se, mútua e reciprocamente, a mais ampla, plena, geral, rasa e irrevogável e irretroatável quitação aos valores a ele eventualmente devidos, para nada mais reclamarem um do outro seja a que título for, no presente ou no futuro. **(iii)** Reeleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, brasileira, casada com separação de bens, nutricionista, portadora da carteira de identidade nº 2.330.861 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 003.064.231-03, residente e domiciliada SQN 115, Bloco A, Apartamento 601, Asa Norte, CEP 70772-010, Brasília – DF, ambas, com mandato de 02 (dois) anos, sendo o respectivo termo de posse, **Anexo II**, lavrado no livro próprio na presente data. A referida Diretora, presente a esta Reunião, declara, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercerem a administração da companhia e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **(iv)** Os acionistas deliberaram ainda sobre a alteração dos artigos que compõem o Capítulo IV do Estatuto Social que passam a vigorar da seguinte forma: **“Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social, Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão. **§ 2º.** O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor. **§ 3º.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem atribuídas em reunião em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo. **Artigo 12.** O Diretor sempre que necessário. **§ 1º.** Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo. **§ 2º.** Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio. **Artigo 13.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 14.** Compete ao Diretor da Companhia: (i) representar a Companhia, ativa e passivamente; (ii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia; (iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias; (iv) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia; (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis; (vi) elaborar o relatório anual da administração; (vii) abrir e encerrar filiais da Companhia. **Artigo 15.** A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1(um) procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo. **§ 1º.** Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social: a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; b) A constituição de procuradores *“ad judicium”* para o preparo ou a proposição de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e c) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las. **§ 2º.** Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento do capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; e f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 (doze) meses. **§ 3º.** A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelo Diretor, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 (um) ano, com exceção das procurações (i) com poderes *ad judicium*, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. 6. Aprovadas por unanimidade as deliberações acima, O Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme redação constante no Anexo IV a presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Santana de Parnaíba – SP, 15/04/2024. Mesa: **Bruna Boner Léo Silva**, Presidente; **Karina Boner Léo Silva**, Secretária. Acionistas Presentes: **FR Empreendimentos e Participações EIRELI**, Fernando Antônio Fontes Rodrigues. **Gallaxia S.A**, Bruna Boner Léo Silva / Tatiane Araújo Pereira. **Midori Participações Societárias e Holding Ltda.**, Paulo César Lopes Zeredo. JUCESP nº 222.598/24-4 em 14/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ/ME: nº 43.015.637/0001-64 - NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de setembro de 2022

1. Local, Data e Hora: Assembleia Geral de Acionistas (“AGE”), realizada junta à Sede da Sociedade por Ações, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04563-060, no dia 02 de setembro de 2022, às 10h30min. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, diante da presença de todos os acionistas, representando a totalidade de ações de emissão da Companhia, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por ações”). **3. Mesa:** Como Presidente, Sr. **Gustavo de Carvalho Blasco** e, como Secretário, Sr. **Gustavo Moreira Carvalho**. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se a totalidade dos acionistas da Companhia, com fim de deliberar, discutir e votar, nos termos do Artigo 52 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, o quanto segue: **i)** A 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinadas, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, na quantidade de 50.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$50.000.000,00; e **ii)** Aprovação dos termos e condições estabelecidas pela Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii)** A aprovação, em favor da diretoria da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **i) Aprovar** a 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, na quantidade de 50.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$50.000.000,00; e **ii) Aprovar** os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii) Aprovar**, em favor da diretoria da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. **6. Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, a Assembleia Geral foi encerrada com a lavratura desta ata, que foi aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** A presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária tem como data de celebração o dia 02 de setembro de 2022, independente da conclusão posterior assinaturas, sendo certo que será assinada por meio de assinaturas eletrônicas, nos termos da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, do Decreto 10.278, de 18 de março de 2020, e, ainda, no Enunciado nº 297 do Conselho Nacional de Justiça, pelo Presidente, Secretário e pelos Acionistas (**Anexo I**). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da companhia. JUCESP nº 484.682/22-2 em 26/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/05/2024

Aos **03/05/2024**, às **10hrs**, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações:** **(I)** O aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 2.105.263,00 (dois milhões, cento e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais), por meio da emissão de 21.052.630 (vinte e um milhões, cinquenta e dois mil, seiscentas e trinta) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 21.000.000 (vinte e um milhões) são ações ordinárias; e (b) 52.630 (cinquenta e duas mil, seiscentas e trinta) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 238.295.642,44 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado para R\$ 240.400.905,44 (duzentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, novecentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 2.424.009.054 (dois bilhões, quatrocentas e vinte e quatro milhões, nove mil e cinquenta e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.417.949.031 (dois bilhões, quatrocentas e dezessete milhões, novecentas e quarenta e nove mil e trinta e uma) são ações ordinárias; e (b) 6.060.023 (seis milhões, sessenta mil e vinte e três) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (**Anexos I e II**). Nada mais. JUCESP nº **206.001/24-1** em sessão de **17/05/2024**. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

NTN Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.653/0001-29 – NIRE 35.300.491.131

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023

1. Data, Hora e Local da Assembleia: realizada aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da NTN Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.055, conjunto 132, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01452-001 (“Companhia”). **2. Convocação e Presenças:** dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas ao final desta Ata e no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** **Jorge Justus Nitzan** – Presidente; e **José Antonio Miguel Neto** – Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** o aditamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 29 de março de 2018 (“1ª Emissão”); **(ii)** o aditamento da 2ª (segunda) emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 29 de maio de 2018 (“2ª Emissão”); e **(iii)** o aditamento da 3ª (terceira) emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia fluante, datada de 04 de junho de 2018 (“3ª Emissão”). **5. Deliberações:** Examinadas, discutidas e votadas as matérias constantes da Ordem do Dia, e considerando a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **Cygnus Participações S.A.**, CNPJ/MF nº 24.847.880/0001-02, primeira Debenturista, realizada em 07 de dezembro de 2023 e devidamente registrada em 20 de dezembro de 2023 sob nº 482.889/23-8, a qual deliberou pelo encerramento de suas atividades, bem como o encerramento das atividades de sua acionista **Cygnus LLC**, CNPJ/MF nº 27.832.585/0001-62, realizado em 29 de dezembro de 2023, com a versão de seus ativos para a sociedade **Omachen Participações Ltda.**, sociedade empresarial limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.491.268/0001-24, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, conjunto 132, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35216931672 (“Omachen”), o Acionista aprova, e sem quaisquer ressalvas: **(i)** O aditamento da 1ª Emissão, no valor principal total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para que conste como **nova Debenturista** a sociedade **Omachen**; **(ii)** O aditamento da 2ª Emissão, no valor principal total de R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais), para que conste como **nova Debenturista** a sociedade **Omachen**; e **(iii)** O aditamento da 3ª Emissão, no valor principal total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para que conste como **nova Debenturista** a sociedade **Omachen**. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** **Jorge Justus Nitzan** – Presidente; **Jose Antonio Miguel Neto** – Secretário. **Acionista Presente:** **Jorge Justus Nitzan**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 217.091/24-6 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ nº 43.015.637/0001-64 – NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22 dias de junho de 2023

1. Local, Data e Hora: Assembleia Geral de Acionistas (“AGE”), realizada junta à Sede da Sociedade por Ações, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04563-060, no dia 22/06/2023, às 10h00 da manhã. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, diante da presença de todos os acionistas, representando a totalidade de ações de emissão da Companhia, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”). **3. Mesa:** Como Presidente, Sr. **João D’ottaviano Pucci Lima** e, como Secretário, Sra. Isabella Vendramini Fregolente. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se a totalidade dos acionistas da Companhia, com fim de deliberar, discutir e votar, nos termos do Artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., o quanto segue: **i)** A 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., na quantidade de 20.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$20.000.000,00; **ii)** Aprovação dos termos e condições estabelecidas pela Escritura de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii)** A aprovação, em favor da diretoria da Brauna FMI I Securitizadora S.A., de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **i)** Aprovar a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações subordinada para colocação privada da Brauna FMI I Securitizadora S.A., na quantidade de 20.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R\$1,00, totalizando o valor de R\$20.000.000,00; **ii)** Aprovar os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii)** Aprovar, em favor da diretoria da Brauna FMI I Securitizadora S.A., de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais adiantamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. **6. Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, a Assembleia Geral foi encerrada com a lavratura desta ata, que foi aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** A presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária tem como data de celebração o dia 22/06/2023, independente da conclusão posterior assinaturas, sendo certo que será assinada por meio de assinaturas eletrônicas, nos termos da Lei 13.874, de 20/09/2019, e da Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, do Decreto 10.278, de 18/03/2020, e, ainda, no Enunciado nº 297 do Conselho Nacional de Justiça, pelo Presidente, Secretário e pelos Acionistas (**Anexo I**). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da companhia. São Paulo, aos 22/06/2023. Mesa: João D’ottaviano Pucci Lima, Presidente; Sra. Isabella Vendramini Fregolente, Secretário. JUCESP nº 260.236/23-8 em 29/06/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Urbsan Logística Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 35.351.726/0001-53 - NIRE 35.300.543.971

Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local. Em 19/02/2024, às 10hs, na sede social **Urbsan Logística Ambiental S.A.**, (“Companhia”), localizada na Rua Engenheiro Antonio Jovino nº 220, 22 andar, cj. 24, Vila Andrade, na cidade de São Paulo estado de São Paulo. **2. Convocação.** Dispensada a publicação dos editais de convocação pela imprensa, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. **3. Presença.** Acionistas representando 100% do capital votante, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, constituindo, assim, o quorum legal para aprovação das matérias constantes na ordem do dia. **4. Mesa. Presidente - Sr. Ubiratan Sebastião de Carvalho**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 743224 SPTC/GO e inscrito no CPF/MF nº 215.544.201-72, residente e domiciliado à Rua Franz Schubert, nº 156, Apartamento 1303, Jd. Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01454-020. **Secretária - Sra. Rosimar Cipriano Carvalho**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 16.957.912-8, e inscrito no CPF/MF nº 052.049.878-00, residente e domiciliado à Avenida Jorge João Saad, nº 1001, apartamento 3, Vila Progredior, São Paulo/SP, CEP 05618-001. **5. Ordem do Dia.** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço e demonstrativo de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2023; **6. Deliberações.** A Secretária realizou a leitura do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados relativos ao exercício em 31/12/2023 e após a leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, sem qualquer reserva ou ressalva, decidiram aprovar, por unanimidade de votos, depois de examinados e discutidos, o relatório da administração e o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, relativos ao exercício findo em 31/12/2023, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Assim sendo fica consignado, em cumprimento ao disposto pelo artigo 132, inciso II da Lei nº 6.404/76, que em razão do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022, fica prejudicada a deliberação a respeito da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendo. **7. Encerramento.** Esgotada a Ordem do Dia e nada mais havendo tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo prazo necessário à lavratura desta ata, que foi autorizada pelos acionistas presentes, a ser lavrada sob a forma de sumário e publicada com omissão das assinaturas dos acionistas, após o que a sessão foi reaberta e a ata foi lida e, por se encontrar conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Certificamos que a presente confere com o original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. São Paulo, 19/02/2024. Ubiratan Sebastião de Carvalho – Presidente, Rosimar Cipriano Carvalho – Secretária. Ubiratan Sebastião de Carvalho – Diretor Presidente, Rosimar Cipriano Carvalho – Diretora. Construrban Logística Ambiental Ltda. Em Recuperação Judicial, Acionista. Santo Amaro Participações Ltda., Acionista. São Pedro Incorporações e Participações S/C Ltda., Acionista. JUCESP nº 225.969/24-5 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/06/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

